



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

**RELATORIA: DLA****TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA****NÚMERO: 88/2025****OBJETO:** Recurso interposto pela Empresa Gontijo de Transportes Ltda. em face da Decisão SUPAS nº 68/2024.**ORIGEM:** Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros**PROCESSO (S):** 50500.116124/2023-48**PROPOSIÇÃO PF/ANTT:** não há**ENCAMINHAMENTO:** À VOTAÇÃO – PELO CONHECIMENTO DO RECURSO E, NO MÉRITO, SEU INDEFERIMENTO.**EMENTA****RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA. EM FACE DA DECISÃO SUPAS Nº 68/2024. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE RECURSAL. RECURSO CONHECIDO, A QUE SE NEGA PROVIMENTO.****1. DO OBJETO**

1.1. Trata-se de recurso administrativo interposto pela EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., doravante denominada GONTIJO, CNPJ nº 16.624.611/0001-40, contra a DECISÃO SUPAS Nº 68, DE 31 DE JANEIRO DE 2024, que emitiu a Licença Operacional - LOP, de nº 231, para a empresa BRASIL BUS TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 12.766.454/0001-57, e deferiu seu pedido de autorização para operar mercados desatendidos.

**2. DOS FATOS**

2.1. Conforme informa a área técnica da Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - Supas na NOTA TÉCNICA SEI Nº 768/2024/GEOPE\_MERC/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT (21600258), em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1092761-47.2023.4.01.3400, foi publicada em 02/02/2024, a Decisão SUPAS nº 68, de 2024 (21722507), deferindo o pedido de autorização da empresa BRASIL BUS TRANSPORTES LTDA., para a inclusão dos mercados relacionados no Requerimento 16693073/16693091, em sua Licença Operacional - LOP de nº 231.

2.2. Em 14/02/2024, a empresa GONTIJO interpôs recurso contra a mencionada decisão (21835089).

2.3. Em 10/12/2024, a empresa BRASIL BUS TRANSPORTES LTDA. foi notificada para apresentar manifestação acerca do Recurso da empresa GONTIJO (28266445).

2.4. Em 21/01/2025, por meio do OFÍCIO SEI Nº 40424/2024/COTAX/GEOPE/SUPAS/DIR-ANTT, a Supas informou à empresa GONTIJO o arquivamento do processo, considerando que o Recurso não foi conhecido, com fundamento no art. 63, inc. III c/c art. 58 da Lei nº 9.784, de 1999 (29198906).

2.5. Em 31/01/2025, a empresa GONTIJO reiterou o recurso apresentado e refutou a alegação de ilegitimidade recursal (29456877), solicitando o envio dos autos à instância superior, alegando que: 1) O Recurso foi direcionado ao Diretor-Geral da ANTT e não poderia ter sido arquivado pela Supas; 2) A Recorrente possui legitimidade para recorrer, pois opera diversas linhas entre o trecho São Paulo/SP - Belo Horizonte/MG, as quais, em sua avaliação, serão afetadas pela autorização concedida à Brasil Bus; e 3) Não houve análise de inviabilidade técnica-econômica, conforme exigido pela Lei nº 14.298, de 2022, e do disposto no art. 47-B, da Lei nº 10.233, de 2001.

2.6. Da análise do recurso apresentado, por meio da NOTA TÉCNICA SEI Nº 1384/2025/COTAX/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT (29779982), quanto à admissibilidade, a área técnica julgou que, no presente caso, é tempestiva a manifestação, no entanto, não tendo encontrado elementos aptos a reconsiderar sua decisão, recomendou o não conhecimento do recurso por ilegitimidade da Recorrente, nos termos art. 58 da Lei nº 9.784, de 1999. No mérito, repôs as informações outrora lançadas, ratificando integralmente a posição asseverada na NOTA TÉCNICA SEI Nº 12267/2024/COTAX/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT (28416907).

2.7. Ato contínuo, o Superintendente da Supas apresentou o Relatório à Diretoria 82/2025 (29803363), acompanhando a manifestação técnica e propondo que a Diretoria Colegiada conheça o recurso administrativo interposto pela empresa GONTIJO, para no mérito negar-lhe provimento, nos termos da minuta de Deliberação (29804002). Além disso, por meio do Despacho de Instrução (29804060) e do OFÍCIO SEI Nº 5175/2025/COTAX/GEOPE/SUPAS/DIR-ANTT (29804214), declarou que o processo reúne as condições previstas no §1º do art. 39 do Regimento Interno da ANTT.

2.8. Após, a Assessoria Administrativa e de Apoio do Gabinete do Diretor-Geral remeteu os autos à Secretaria-Geral, por meio do Despacho (32217120), para inclusão do processo na pauta de sorteio.

2.9. Por fim, os autos foram distribuídos, mediante sorteio, a esta Diretoria, conforme a Certidão nº 32231904.

2.10. É o relatório. Passe-se à análise.

**3. DA ANÁLISE PROCESSUAL**

3.1. Trata-se de impugnação à Decisão SUPAS nº 68/2024, que, caso não seja reconsiderada pela autoridade que emitiu a decisão, deve encaminhá-lo à autoridade superior, no caso a Diretoria Colegiada, o que efetivamente ocorreu.

3.2. Inicialmente, quanto à admissibilidade, conforme informado pela área técnica, o recurso foi interposto tempestivamente, tomando-se por base o prazo de 10 dias previsto no art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999. Assim, o recurso foi direcionado contra ato em que é cabível recurso à Diretoria Colegiada, em instância administrativa final.

3.3. Assim, mediante a NOTA TÉCNICA SEI Nº 1384/2025/COTAX/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT (29779982), a área técnica analisou os argumentos apresentados pela empresa GONTIJO, concluindo por recomendar o não provimento do Recurso, pelas seguintes razões:

3.3. Primeiramente, sobre o item 1), cabe destacar que, nos termos do Regimento Interno da ANTT (Resolução n. 5.976/2022), compete aos titulares das unidades organizacionais realizar o juízo de admissibilidade dos recursos apresentados no âmbito dos processos administrativos em curso na referida unidade, logo, o Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros estava no uso de suas atribuições quando não conheceu o recurso:

"Art. 38. São atribuições comuns aos titulares das unidades organizacionais:

[...]

V - realizar juízo de admissibilidade dos pedidos e requerimentos protocolados na ANTT e não conhecer os manifestamente inadmissíveis, observado o direito de recurso do interessado à Diretoria Colegiada;"

3.4. Sobre a legitimidade da Recorrente, defendida no item 2, reforçamos que o mercado deferido foi classificado como desatendido, logo, a Recorrente não possui legitimidade para recorrer do seu deferimento por operar mercados distintos, devido à mera expectativa de que ocorra impacto em sua operação, para atendimento de mercados diferentes dos autorizados, apenas pela sobreposição de itinerário.

[...]

3.6. Quanto ao item 3, destacamos que a presunção de viabilidade econômica e técnica para o deferimento de novas autorizações, fundamento da norma transitória, foi apontada pela Procuradoria Federal junto à ANTT (PF-ANTT) no Parecer n. 00358/2022/PF-ANTT/PGF/AGU, bem como acolhida no PARECER n. 00115/2023/PF-ANTT/PGF/AGU, senão vejamos:

27. Conforme destacado pela área técnica quando da elaboração da norma transitória, a autorização de mercados atualmente desatendidos não caracteriza uma infração ao comando legal consignado no art. 47-B da Lei nº10.233/2001, podendo ser considerada presumida a viabilidade técnica e econômica desses mercados por se referirem a pares de localidades que não são atendidas de forma contínua, e ainda, de forma complementar, possibilitando a expansão da rede de atendimentos existente, em benefício dos usuários dos serviços.

28. Aqui é importante ressaltar que o deferimento, nesse momento, apenas de pedidos que envolvam mercados que não integram nenhuma outra licença operacional vigente, leva em si a preocupação de respeito a determinação do Acórdão nº 230/2023 - TCU - Plenário, e do posicionamento adotado pela PF-ANTT na NOTA JURÍDICA n. 00019/2023/PF-ANTT/PGF/AGU (16419846), de que, para o deferimento de novos mercados já operados, devem estar definidos os requisitos de inviabilidade técnica e econômica, em estudo ainda no âmbito desta Agência.

3.7. Ademais, os requisitos regulatórios necessários para deferimento do pedido de mercados novos foram atendidos, nos termos da Resolução ANTT nº 6.013/2023, conforme consta na NOTA TÉCNICA SEI Nº 768/2024/GEOPE\_MERC/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT (SEI nº 21600258).

3.8. Pelo exposto, esta área técnica mantém o posicionamento anterior, contido na NOTA TÉCNICA SEI Nº 12267/2024/COTAX/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT (SEI nº 28416907), de que o Recurso não deve ser admitido, por ilegitimidade recursal.

3.9. Contudo, face à irrisignação da Recorrente diante do não conhecimento, cumpre instruir os autos para apreciação das alegações das partes pela instância superior.

3.4. Dessa forma, quanto às alegações da Recorrente, alinho-me integralmente às razões expostas pela Gerência Operacional de Transporte de Passageiros na NOTA TÉCNICA SEI Nº 1384/2025/COTAX/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT (29779982), as quais foram acolhidas pela Supas no corpo do Relatório à Diretoria nº 82/2025 (29803363).

3.5. Considerando os fundamentos apresentados, concluo que o recurso interposto não reúne elementos que justifiquem o seu acolhimento, motivo pelo qual não deve ser provido.

#### 4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Ante todo o exposto, VOTO por conhecer do recurso interposto pela EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0001-40, para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da minuta de Deliberação acostada aos autos (34162851).

Brasília, 04 de agosto de 2025.

**LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**  
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**, Diretor, em 04/08/2025, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **34243440** e o código CRC **57A1AC1D**.